
Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no Jornal “Mulherio”¹

Pâmela GUIMARÃES-SILVA²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Este artigo pretende analisar as possibilidades de emancipação política das mulheres negras. Estudaremos especificamente como essas mulheres, no começo da década de 1980, se utilizavam de práticas comunicativas alternativas para tematizarem a própria. Para tanto, faremos um recorte na atuação da ativista mineira Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio* (1981 - 1988), no qual ela era a única mulher negra a participar do conselho editorial e assinava a coluna *Negra*. Como recurso metodológico, utilizamos a noção de discurso de Fairclough (1989), para quem a mudança social se dá a partir da mudança discursiva. Encontramos indícios de que, quando Lélia Gonzalez se constituiu como sujeito político de palavra, tematizando às opressões interseccionadas que as mulheres negras sofrem, ela promoveu um deslocamento nesse contexto, para si e para seus pares.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Jornal Mulherio; Lélia Gonzalez; Mulheres negras; Subjetivação.

Introdução

Para Rancière (2004) política é da ordem da experiência, ela cria formas dissensuais de “expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas cenas de enunciação coletiva” (RANCIÈRE, 2004 *apud* MARQUES, 2014, p.12). Para o autor francês, a política não seria a encarnação de um princípio, a lei ou o corpo de uma comunidade. Política é emancipação. Nesse sentido, a articulação entre política e comunicação, é interessante e produtiva visto que nosso artigo considera o processo de subjetivação política articulando-o a (in)visibilidade na cena pública. Isto é, a subjetivação seria a capacidade de ingressar na ordem do discurso como interlocutor político e argumentativo, mesmo quando as aparências dizem o contrário. Subjetivação e emancipação seriam, para o autor, passar a existir.

A partir desse entendimento, este artigo faz um recorte da nossa tese de doutoramento que busca analisar as possibilidades de emancipação política das

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestra e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com

mulheres negras, sujeitas acometidas por diversas opressões — sobretudo de gênero, raça e classe —, ao tematizarem a própria condição em práticas comunicativas alternativas (jornais, blogs, colunas, informativos, etc.). Acreditamos que o movimento político de mulheres negras usavam meios comunicacionais para levar as suas discussões adiante e, assim, promover a “[...] reconfiguração de uma ordem sensível que classifica os sujeitos segundo a serventia, a visibilidade e a capacidade de ingressar na ordem do discurso” (CAL, 2013, p.25), ou de existir.

Neste trabalho enfocaremos na década de 1980, na atuação da ativista mineira Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio* (1981 - 1988), no qual ela era a única mulher negra a participar do conselho editorial e assinava a coluna *Negra*, composta por cinco artigos, publicados entre os anos de 1981 e 1982. Como recurso metodológico, utilizamos a noção de discurso de Fairclough (1989), para quem a mudança social se dá a partir da mudança discursiva. Isto posto, buscamos compreender, a partir da atuação dessa ativista, como as mulheres negras constroem sua (ou promovem a construção da) subjetivação e emancipação políticas ao tematizarem a própria condição em práticas comunicativas alternativas.

Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez (1935 - 1994) foi uma ativista e intelectual negra que entendia, e tinha como uma de suas principais pautas, a intersecção entre o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras. Embora seja uma figura pouco estudada, ela produziu conhecimento de extrema relevância para a sociedade e teve uma atuação de destaque nas décadas de emergência e rearticulação dos movimentos sociais brasileiros após a ditadura. Conforme afirma Barreto (2005),

se a trajetória de alguma pessoa pode resumir de forma contundente a retomada dos movimentos sociais de meados da década de 1970, essa trajetória foi a de Lélia Gonzalez. Combinando aspectos pouco comuns na sociedade brasileira da época, como o fato de ser mulher e negra – pertencente, assim, a dois grupos historicamente subordinados – e, mesmo assim, tendo conseguido desenvolver tanto em pouco tempo e ainda marcado a mente das pessoas que a conheceram (BARRETO, 2005, p.19).

Nascida como Lélia de Almeida, em 1 de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a intelectual adotou o sobrenome Gonzalez quando se casou, em 1965, com Luiz Carlos Gonzalez, um espanhol, falecido um ano depois. Foi a penúltima, de 18 filhos, de Acácio Joaquim de Almeida, um ferroviário, e Urcinda Seraphina de

Almeida, trabalhadora doméstica de origem indígena. Ela se mudou para o Rio de Janeiro em 1942, com a ajuda de um dos irmãos, Jayme de Almeida, que se tornou jogador de futebol.

Na cidade maravilhosa, atuou como professora no ensino médio e superior, após se graduar em História, Geografia e Filosofia, e fazer mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política. Além de sua atuação como professora, Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR), em 1978, atualmente denominado Movimento Negro Unificado (MNU). Integrou a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras e segundo o instituto Palmares, “ajudou a fundar o Grupo Nzinga, um coletivo de mulheres negras e integrou o conselho consultivo da Diretoria do Departamento Feminino do Granes Quilombo”.

Segundo a dissertação de Raquel Barreto (2005), que tem a trajetória da intelectual como um de seus objetos, Gonzalez também foi membro do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, o que justifica um forte traço teórico da psicanálise em seus trabalhos. Ainda segundo Barreto (2005), em 1972, ela começou a chamar atenção do governo militar ditatorial e tornou-se alvo de uma investigação por “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” (2005, p.25), que não teve continuidade.

O destaque político institucional se deu em 1982, quando a Gonzalez foi candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), elegendo-se como primeira suplente. Quatro anos depois, em 1986, disputou para deputada estadual pelo PDT e, novamente, se elegeu como suplente. Outra característica importante de Lélia foi sua constante busca por produzir conhecimento que propunha uma análise da contribuição africana na formação histórica e cultural brasileira. A ativista e intelectual faleceu em 10 de julho de 1994, deixando um legado acadêmico, político e de militância que continuam contribuindo para pautar os problemas raciais e de gênero da sociedade brasileira.

Prática comunicativa alternativa: a coluna *Negra do Jornal Mulherio*

Dentre as várias atuações de Lélia Gonzalez, destaca-se sua produção escrita e publicada, em sua maioria, de forma alternativa. Parte desse material, o jornal *Mulherio*, se constitui como objeto deste artigo, como veremos neste tópico. Antes de apresentá-lo

detidamente, cabe elucidarmos porque propomos a adoção do termo *prática comunicativa alternativa* para nos referirmos a ele.

A proposta não é arbitrária, pretendemos nos alinhar às perspectivas teóricas e metodológicas que nos apresentam um modelo praxiológico da comunicação e que elaboram o processo comunicacional como um processo de interação, por meio do qual os sujeitos atribuem sentidos ao mundo (QUÉRÉ, 1991; FRANÇA, 2007). Assim, entendemos como *prática comunicativa* a ação interacional que cumpre “um papel de constituição e de organização dos sujeitos; da subjetividade e da intersubjetividade; da objetividade do mundo comum e partilhado” (FRANÇA, 2003, p. 4).

Dessa forma, não as reduzimos a um meio de comunicação ou a uma simples transferência de informação de um emissor para um destinatário, mas as consideramos como um processo dialógico e relacional. Interessa-nos esse olhar sobre o processo comunicacional, pois ele propõe que são nas práticas comunicativas que as coisas e os seres adquirem sua determinação. A linguagem adquire, assim, uma dimensão expressiva e constitutiva e tem um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos, dos outros e de nossas práticas ordinárias (QUÉRÉ, 1991; FRANÇA, 2007).

A adição do termo *alternativa* é para mostrar que não estamos tratando das grandes mídias. Entretanto, é preciso ressaltar que estamos tratando mais especificamente da *comunicação popular*. Essa, segundo Cicilia Peruzzo (2008, p.45), tem sua origem nos movimentos sociais populares das décadas da redemocratização do Brasil, meados de 1970 e 1980, e se caracteriza “como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (2008, p.45). Ainda segundo a autora,

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2008, p.45)

Nesse ponto, cabe destacar que estamos falando de um processo comunicativo permeado por tensões e lutas, no qual os sujeitos disputam, a todo o momento, “o poder

e a habilidade de conceber não apenas a própria história, mas a do outro e de fazer dessa história a definitiva” (ADICHIE, 2009, 10m11s, *tradução nossa*). É uma disputa por gerenciar o que vai ser conhecido sobre si e sobre o outro, sobre os elementos da vida social e como esse conhecimento ocorrerá, ou seja, uma disputa sobre o gerenciamento das (in)visibilidade da sociedade.

Essa abordagem coloca em destaque o conceito de hegemonia, “um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988, p. 423), que trata de

liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade; [...] o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’; [...] é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH 2001, p. 122–123).

O agenciamento desse conceito acontece porque ele compreende o discurso como um meio de se alcançar o consenso. Dessa forma, para nós, parece claro que por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, é possível analisar de maneira minuciosa quais são os elementos naturalizantes de crenças e ações que servem de suporte para estruturas de dominação, e quais são as que buscam favorecer a desarticulação de tais estruturas (RESENDE e RAMALHO, 2004, p.186).

Sendo o discurso uma prática social capaz de fortalecer ou alterar as bases hegemônicas, acreditamos que o movimento de mulheres negras luta e lutou para que cada uma desses sujeitos se constituíssem publicamente em “seres de palavra” (RANCIÈRE, 2004, p.29) na ordem do discurso, por meio de suas *práticas comunicativas alternativas*, para atuar ativamente no que resultaria na articulação e na rearticulação das estruturas sociais e políticas vigentes. A seguir, apresentaremos uma dessas práticas.

A coluna Negra no jornal Mulherio

O nome do jornal é explicado em sua primeira edição, trata-se de uma tentativa de ressignificar o termo *Mulherio*, que até então era relacionado à histeria. Na referida edição, o novo significado é anunciado nas seguintes palavras: “Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’, ou ‘uma grande porção de mulheres’. É o que somos, é o que este jornal será” (MULHERIO, 1981, p. 1). Lançado em 1981, por um grupo de

estudiosas das causas feministas da Fundação Carlos Chagas (FCC), o jornal *Mulherio* foi, segundo Cardoso (2004), o periódico feminista com a maior duração: 42 edições publicadas entre 1981 e 1988.

O “Mulherio teve como pauta assuntos políticos como a mobilização ‘pelas diretas já’, as eleições de 1982 e as discussões acerca da Constituinte” (TAMIÃO, 2009, p.36), além de discutir a democracia doméstica, a situação da mulher no mercado de trabalho, sexualidade e aborto. Essa diversidade de temas se deve ao momento político social vivenciado no país, mas também à composição do conselho editorial.

Segundo o site da Fundação Carlos Chagas, que guarda todo acervo do *Mulherio*, o periódico teve três fases: a primeira foi com Fúlvia Rosemberg, pesquisadora responsável pelo projeto, e Adélia Borges, jornalista e editora. Na segunda fase, em 1984, o jornal se desvincula da Fundação Carlos Chagas e a jornalista Inês Castilho assume o comando. Em 1988, o *Mulherio* passa a se chamar *Nexo, Feminismo e Cultura*. Neste último formato, o enfoque feminista começa a perder força e perde o financiamento da Fundação Ford.

Nosso interesse neste jornal se limita à coluna *Negra* assinada por Lélia Gonzalez em setembro/outubro de 1981, novembro/dezembro de 1981, janeiro/fevereiro de 1982, março/abril de 1982 e maio/junho de 1982. No total são cinco colunas que tematizaram: (1) mulheres negras no mercado de trabalho, (2) desvalorização das mulheres e de seus trabalhos, (3) apagamento da participação da população negra, em especial das mulheres, na história do país, (4) a desvalorização da estética negra e o surgimento do Ilê Aiyê, como um espaço de liberdade, valorização estética e cultural de seus participantes, (5) a exclusão das trabalhadoras negras de todos os empregos em que possam ser vistas pelo público.

O movimento de mulheres negras no Brasil: dos problemas sociais aos problemas públicos

Nossa proposta investe em desvelar não apenas as práticas comunicativas alternativas utilizadas por Lélia Gonzalez, mas também em evidenciar os contextos em que emergem essas produções e suas reverberações sociais. Isto é: o que era uma demanda informativa das mulheres negras e para as mulheres negras em meados da década de 1980. Assim, de saída, afirmamos que nossas investigações têm mostrado que

se trata de um contexto formado por problemas sociais cuja ação coletiva do movimento de mulheres negras busca transformar em problemas públicos.

Nossa afirmação se baseia nos conceitos de problemas sociais e problemas públicos desenvolvidos por Gusfield (1981) e apropriado, sob uma perspectiva comunicacional, por Babo-lança (2000). Segundo os autores, é um problema social tudo o que constitui problema em uma sociedade em um determinado momento, em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes. Ele só passa a ser um problema público quando adquire uma dimensão “societal”, isto é, quando se torna tema de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratado pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições ou dos movimentos sociais.

Para acontecer a dinâmica citada é necessário que: “1. o problema seja tematizado como problemático para a sociedade; 2. seja assunto de controvérsia; 3. seja tomado por uma instância publicamente reconhecida como sendo capaz de o resolver” (BABO-LANÇA, 2000, p.116). Acreditamos que o movimento de mulheres negras faz isso, ainda que talvez não intencionalmente, quando tematizam em suas práticas comunicativas alternativas às opressões cruzadas que incidem sobre as mulheres negras e mobilizam seus pares a lutar para que tais problemas sejam reconhecidos, transformados e reduzidos.

Para justificar nossa afirmação faz-se mister reconstruir, ainda que brevemente, o percurso e as pautas das mulheres negras no Brasil. O movimento feminista e o movimento negro ressurgem nos anos 1970, pautados pela luta pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e a busca da cidadania. As relações de gênero não estavam colocadas como problemas legítimos nas pautas do movimento negro. Assim como as questões raciais não eram pautadas pelo movimento feminista. Nesta década, as mulheres negras estavam, inicialmente, ilhadas entre os dois movimentos.

Segundo Moreira (2007), a relação das mulheres negras com o movimento feminista começa a se estabelecer a partir do III Encontro Feminista Latino-americano, em 1985, ocorrido em Bertioga e é o feminismo que vai dar base político-prática para as organizações das mulheres negras. Vale ressaltar que a aproximação entre o movimento de mulheres negras e o movimento feminista não foi harmoniosa. A resistência, entretanto, não pôde barrar a reflexão sobre o entrecruzamento das opressões sofridas por mulheres negras.

Na década de 1980, a ativista negra, advogada, professora e doutora Kimberlé Williams Crenshaw elaborou a *teoria da interseccionalidade* que passou a ser considerada chave para pensar a interseção das desigualdades de raça, classe e de gênero. Para ela,

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

No contexto brasileiro, na mesma década, essa passa a ser a tônica do movimento de mulheres negras. Lélia Gonzalez e Luiza Bairos ressaltam que a conceituação de Crenshaw é importante por nomear “as diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra” (BAIROS, 1995, p. 461).

As especificidades da mulher negra abrangem diversas camadas sociais e exercem efeitos substanciais na possibilidade de que essas mulheres que se encontram em situação social de vulnerabilidades, se tornem trabalhadoras mal remuneradas, exerçam funções de maior esforço físico e tenham menos acesso à educação formal (DAVIS *apud* hooks, 1995, p.464). Segundo hooks,(1995), as estruturas sociais criam um cenário no qual é eliminada a

possibilidade de nos lembrarmos de [mulheres] negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente e torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual (hooks, 1995, p.468).

Acreditamos que esse contexto de marginalização política, social e cultural restringe o acesso à busca e ao entendimento dos direitos civis e políticos das mulheres negras, o que, por sua vez, acarretou e ainda acarreta na restrição do direito à palavra e sua capacidade de demanda política. Isto gera um círculo vicioso de não direitos, de silenciamento, de invisibilidade, de não participação igualitária na vida pública e de um não desenvolvimento das habilidades argumentativas (REGO e PINZANI, 2013, p.53 *apud* COELHO, 2015, p.164).

Nesse sentido, as *práticas comunicativas alternativas* produzidas pelo movimento de mulheres negras são pontes de acesso à cena pública e, portanto, de tomada da palavra e construção de autonomia. Para Rego e Pinzani (2013, p. 33), a “autonomia pressupõe um sujeito capaz de se afirmar perante o outro como ator apto a fundamentar verbalmente suas ações, intenções, desejos e necessidades”. Ou seja, além da capacidade de argumentação articulada, os sujeitos autônomos também desenvolvem uma criticidade em relação a si, às suas próprias atitudes e quanto às posturas de outros indivíduos (WARREN, 2001 *apud* COÊLHO, 2015, p.164).

Rancièrè trata a emancipação como a constituição de uma voz política é um processo que cria um hiato entre o corpo e suas habilidades laborais, além de uma construção de um olhar crítico sobre a situação vivida. O autor propõe que

emancipar (...) é tirar os trabalhadores do estado de minoridade, provar que eles pertencem à sociedade, que eles se comunicam com todos dentro de um espaço comum; que eles não são somente seres de necessidades, de reclamação ou de gritos, mas seres de razão e de discurso, que eles podem contrapor razões e construir sua ação como uma demonstração de capacidade que também é uma demonstração de comunidade (RANCIÈRE, 2004, p. 90)

Assim, interessa-nos desvendar esse processo de reconfiguração e de aparição na cena pública que Lélia Gonzalez realiza, mesmo sendo parte de um grupo que possui (simbolicamente) “o necessário título para se envolverem com o poder” (RANCIÈRE, 2004, p. 17), ao tematizar problemas sociais.

Procedimentos metodológicos

Como recurso metodológico, utilizamos a noção de discurso de Fairclough (2016), para quem a mudança social se dá a partir da mudança discursiva. Isso significa que o discurso não pode ser tomado como sinônimo de texto, mas como uma forma de ação que afeta a estrutura social — ao mesmo tempo em que é afetado por ela. Essa noção foi operacionalizada por meio da Análise Crítica do Discurso (ADC), cujo foco são os problemas sociais dentro de uma perspectiva semiótica (imagens, linguagem corporal, verbal e não-verbal) e as questões políticas, sobretudo relativas a questões de poder e dominação entre grupos. A nosso ver, essa base teórico-metodológica é profícua por permitir uma investigação que não se restringe a análise semântica de textos.

Diante disso, neste artigo, definimos que nossa apropriação da Análise Crítica do Discurso (ADC) seguirá as quatro etapas listadas a seguir: 1) *Localização do*

problema social tematizado pelos discursos nos jornais, sendo que entendemos como “um problema social tudo o que constitui problema numa sociedade num determinado momento, em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes” (BABO-LANÇA, 2000, p.114); 2) *Identificação da origem do problema e a sua inserção na organização social*, que consiste em pesquisar as condições de produção, circulação e interpretação dessas mídias para evidenciar quais obstáculos sociais existiam (e existem) para o ingresso de mulheres negras na ordem do discurso; 3) *Avaliação dos interesses da ordem social em (não) resolver o problema*, que consiste no levantamento e na verificação das ideologias hegemônicas que são combatidas, tematizadas ou questionadas e do interesse dos poderes públicos oficiais em resolver os problemas sociais; 4) *Identificação das possíveis maneiras de superar o problema social*, uma verificação se os problemas foram resolvidos e novos conceitos (opostos) foram desenvolvidos nesse processo.

Análise

Todas as edições do jornal *Mulherio* estão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas, repositório no qual coletamos o conteúdo que será analisado a seguir.

Localização dos problemas sociais tematizados na coluna Negra

Encontramos cinco problemas sociais elencados por Gonzalez: (1) as desvantagens das mulheres negras no mercado de trabalho; (2) a desvalorização das mulheres negras em seus trabalhos, como forma de manutenção das classes sociais; (3) o apagamento da participação da população negra, em especial das mulheres, na história do país; (4) a desvalorização da estética negra e o surgimento do Ilê Aiyê como um espaço de liberdade e de valorização estética e cultural de seus participantes; e (5) a exclusão das trabalhadoras negras de funções em que são vistas pelo público.

Identificação da origem do problema e sua inserção na organização social feita por Lélia Gonzalez

As colunas se encadeiam formando um círculo perfeito de contextualização da situação — estética, cultural, trabalhista, familiar e social — da mulher negra na sociedade brasileira, na década de 1980. Essa contextualização expõe também as condições de produção, de circulação e de interpretação do *Mulherio* e dessa forma,

Lélia Gonzalez mostra como os problemas públicos da época deixa ver quais obstáculos sociais existiam (e existem) para o ingresso de mulheres negras na ordem do discurso e quais elementos sociais tornaram (e tornam) esses discursos marginais ou contra-hegemônicos, como veremos a seguir. Para isso, tanto na primeira quanto na última coluna, a autora faz uma análise abrangente da situação das mulheres negras no mercado de trabalho, mostrando a dupla opressão que elas sofrem, por serem mulheres e por serem negras. Por sua vez, as três colunas que ficam entre a primeira e a última expõem uma série de problemas públicos históricos que, dentre outras questões, resultam em tal sua situação trabalhista.

De forma detalhada, em seu primeiro texto, a colunista revela dados alarmantes, como o fato de que nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens, mas que a situação das mulheres negras é ainda pior pois essas ganham 48% a menos que as mulheres brancas. Ao tratar do assunto, Gonzalez explica sobre como a democracia racial é um mito que serve a interesses políticos de manutenção das classes sociais, na qual os negros, em especial as mulheres negras, são mantidos em classes subalternizadas e, portanto, em trabalhos subalternizados (GONZALEZ, 1991, p.8). A relação que ela faz entre os dois temas é extremamente arrojada: a falácia de uma harmonia racial elimina a necessidade de se falar qualquer desigualdade.

Em sua segunda participação no jornal *Mulherio*, intitulada “Democracia racial? Nada disso!”, a colunista aprofunda sua ideia e nomeia os problemas públicos da sociedade brasileira: o racismo, o sexismo e o elitismo. Para ela a origem desses problemas está na forma como as mulheres negras têm seus trabalhos e funções desvalorizados, desde quando eram escravizadas. Para exemplificar, a autora questiona porque foi criada a profissão “mulatas do samba” para as mulheres negras dançarinas do carnaval, quando essas poderiam ser chamadas simplesmente de dançarinas. Para a colunista, o termo “mulatas do samba” evoca um espaço simbólico singular, no qual tal profissão perde o sentido artístico, natural à profissão das dançarinas de forma geral, e assume uma conotação sexual. Elas não estariam nas festividades carnavalescas para mostrar talentos artísticos, mas atrair e distrair com seus atributos físicos.

Em seguida, na próxima coluna, Gonzalez mostra como as mulheres negras são invisibilizadas de forma contínua se não estão na posição de distrair os outros com seus corpos: “toda atividade que signifique lidar com o público ‘seleto’ exclui a trabalhadora

negra, a começar pelas atividades de babá, copeira, na área do serviço doméstico. No entanto, se o negócio é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra” (1981, p.9). A todo o momento, ela mostra o jogo de (in)visibilidades que subalterniza o lugar social das mulheres negras.

Em sua penúltima participação, a colunista começa a fechar o ciclo de problemas públicos mostrando como a estética negra — e, portanto, a negritude como um todo — só é plenamente aceita em comunidades de sujeitos negros. Para tanto, ela conta sobre o surgimento do Ilê Aiyê. O texto trata a alegria de uma comunidade que criou um espaço para os seus pares, onde pessoas negras podiam exibir e exibiam sua estética de forma natural, sem precisarem de subterfúgios, adaptações ou sem serem sexualizados.

Todo o conteúdo apresentado pela colunista pode ser resumido em suas palavras, ainda na primeira edição de sua coluna: “o longo processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo relegou-nos [mulheres negras] a condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira” (GONZALEZ, 1981, p.7).

Avaliação de Gonzalez se houve interesse da ordem social em (não) resolver o problema

A colunista, em seus cinco textos, evidencia que não existe interesse da sociedade e dos poderes públicos oficiais em resolver os problemas que ela lista. Pelo contrário, as reações da sociedade e do poder público às dinâmicas sociais das condutas discriminatórias são como uma

bela prática da política do avestruz (ou de “*l'autruche*“, como diria Lacan) que tem caracterizado certo tipo de racismo envergonhado de si mesmo: finge que o problema racial não existe e reafirma a inferioridade do negro mediante esse papo de que somente ele é responsável pelo que me acontece (GONZALEZ, 1981, p.8)

Vale ressaltar que o que constitui um problema “varia historicamente em função da sensibilidade moral, dos valores éticojurídicos, das regras sociais, das normas do direito, dos usos e costumes, da concepção que os cidadãos têm de si próprios e dos seus direitos fundamentais” (BABO-LANÇA, 2007, p.51), os problemas listados por Gonzalez, entretanto, podem ser facilmente confirmados como persistentes até os dias atuais. Uma pesquisa divulgada no início de 2016 pelo Ministério do Trabalho e

Previdência Social (MTPS) e o pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que as trabalhadoras negras são mais suscetíveis ao desemprego e em relação a precarização das atividades desenvolvidas, elas se destacam ocupando 39,08% do total. Ao analisar a remuneração, os dados não melhoram o cenário, as mulheres negras possuem menor remuneração e o maior contingente atividades reconhecidas como autônomas.

Voltando ao *Mulherio*, para a Gonzalez, o racismo e as práticas discriminatórias contra as mulheres negras funcionam de forma cultural, isto é, o racismo interseccionado com o sexismo e o elitismo está tão inserido na sociedade que são vistos como moralmente aceitáveis, são aspectos naturalizados e dessa forma não há o que se resolver.

Identificação das possíveis maneiras de superar os problemas sociais

A colunista vê um caminho de superação na mobilização de movimentos sociais, o que pode ser exemplificada pela seguinte passagem:

Que se pense, a partir daí, nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muitos mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está (GONZALEZ, 1981, p.8)

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), para que exista emancipação social é preciso que exista desconstrução dos valores hegemônicos e eurocêntricos da sociedade contemporânea, a partir do desenvolvimento de conceitos contra-hegemônicos, não apenas a indicação de possibilidade de superação. Seguindo essa lógica, podemos constatar que houve sim o desenvolvimento de um novo conceito que se sobressai em todas as cinco colunas: as múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres negras, o que posteriormente ficou conhecido como interseccionalidade.

Evidenciar a interseccionalidade é, talvez, um dos maiores legados dessa intelectual. O conceito é um importante mobilizador por conseguir mostrar como o caminho para a superação não tem a ver apenas com um problema público, mas com as vários que atuam de forma interligada e, portanto, exige uma ação em várias frentes: valorização estética, valorização dos trabalhos domésticos, abertura do mercado de

trabalho formal, publicização da participação da população negra na construção da história do país e equiparação salarial.

Considerações finais

Nosso objetivo foi analisar como Lélia Gonzalez apresenta as mulheres negras como sujeitos políticos, ao tomar a palavra e fazer uso dela por meio da escrita na coluna *Negra* do jornal *Mulherio*. Observamos que Gonzalez organizou suas colunas com a finalidade de apresentar a situação social das mulheres negras e estimular ações de enfrentamento a diversos problemas que as colocam em um lugar de inferior socialmente. Para isso, ela divulgou informações sobre o lugar desses sujeitos no mercado de trabalho formal e informal, além das causas e consequências do formato desse mercado de trabalho.

Contudo, o mais importante é que ela empreendeu essa tarefa por meio de diferentes registros das vidas das mulheres negras, o que permitiu uma visão mais global sobre o que é ser mulher e ser negra na sociedade brasileira. Distanciando e combinando estética, papéis sociais, dados, formalidade e coloquialidade em suas colunas, Gonzalez destacou o modo como as opressões cruzadas afetam as existências das mulheres negras. Filiamo-nos no entendimento de política de Rancière, para quem política são “modos de subjetivação” (RANCIÈRE, 1996, p. 47). Compreendemos a subjetivação como um grupo de ações que resulta em uma instância e uma “capacidade de enunciação que reconfiguram o campo da experiência, transformando a repartição de papéis, funções e lugares dos sujeitos e das visões de mundo em litígio” (CAL, 2013, p. 32).

Quando Lélia Gonzalez, enquanto mulher negra, impõe a própria presença como uma sujeita que deve ser contada, ela promove uma modificação na cena do lugar social de seus pares, que passou a ser construída a partir das observações, das experiências e dos sentimentos dela. A coluna analisada é um vestígio desse processo maior de subjetivação política. Por meio do ato de escrever, Gonzalez participa da reconfiguração da ordem do sensível e manifesta sua capacidade para ingressar na ordem do discurso.

Referências

BABO-LANÇA, I. A construção dos problemas públicos. Elementos para uma análise do caso Timor. *Antropológicas*. v. 15, n. 4, p. 113-130, 2000.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. N. 02, 1995, p. 458-463

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, vol.20, n.2, 2015

SANTOS, B. S. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. Tradução de Mouzar Benetido. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 84

CAL, D. G. R. Comunicação e Subjetivação Política: o caso do trabalho infantil doméstico. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 15, n. 1, p. 24-33, 2013.

COELHO, T. F. Usos e apropriações do Facebook no sertão do Piauí e possibilidades de autonomia da mulher sertaneja. In: MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. (org.), **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites**. São Paulo: Editora Plêiade, 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FRANÇA, V. R.V. QUÉRÉ, L.: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras, estudos midiáticos**, São Leopoldo-RS, v. V, n. 2, p. 37-51, dez. 2003.

FRANÇA, V. V. “Contribuições de G.H. Mead para pensar a comunicação”. In: *Anais do XVI Encontro Anual da Compós*. Curitiba: UTP, 2007.

GRAMSCI, A. A **Gramsci reader**: selected writings 1916-1935. Edited by David Forgacs. London: Lawrence and Wishart, 1988.

HOOKS, B. Intelectuais negras. In: **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p.454-478, 1995.

MOREIRA, N. R. **O Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — IFCH/UNICAMP, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: reelaboraões no setor. **Palavra clave**, v. 11, n. 2, p. 13, 2008.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula. **O modelo praxiológico da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RATTS. A.; RIOS, F. *Lélia Gonzalez*. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A Liberdade, Dinheiro e Autonomia: O caso da Bolsa Família. In **Revista de Ciências Sociais**, 38, Abril de 2013, pp. 21-42.

RANCIÈRE, J. 2004. **Aux bords du politique**. Paris, Gallimard, 260 p.

RESENDE, V. M.; V, RAMALHO. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas. Implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, 5 (2), 2004: 185-208.